

10 de Fevereiro de 2024 | Notícias da Grande Lisboa | Nº 73

Prevenção da Corrupção - Caderno de Encargos Legislativas 2024



A política de habi- tação de Odivelas não é amigável para quem trabalha



Loures | SAÚDE COM MAIS MEIOS – Nova classificação das USF “Modelo B” vai melhorar a vida dos utentes



POSTO MÓVEL

POLÍCIA MUNICIPAL DE PROXIMIDADE

ATENDIMENTO | ESCLARECIMENTOS | INFORMAÇÕES
SUGESTÕES | RECLAMAÇÕES

CONTACTE A SUA JUNTA DE FREGUESIA OU A POLÍCIA MUNICIPAL

TELEFONE

211 150 382

caso eletrónico

policia_municipal@cm-loures.pt



Índice

50 Anos depois do 25 de Abril, Somos Todos Iguais Mas, há Uns Mais Iguais que Outros 2

SAÚDE COM MAIS MEIOS – Nova classificação das USF vai melhorar a vida dos utentes
As vantagens da passagem de várias unidades de saúde familiar do concelho de Loures de "A" para "B" 3

Sociedade Recreativa de Casáinhos assinalou o seu 80.º aniversário 4

7.ª Jornada Gastronómica do Arroz de Sarrabulho 5

Novo parque infantil no Bairro Alto de São Lourenço, em Santa Iria de Azóia. 6

A política de habitação de Odivelas não é amigável para quem trabalha 7

Loures Dance Open 8

Loures recebeu o encarregado de negócios romeno em Portugal, Mircea IliescuY 9

"ILUSÕES"? 10

Cerimónia de encerramento do Curso de Formação Profissional em Segurança 11

Os apoios de praia da Frente Urbana da Costa da Caparica 12

Evento internacional assinala dia do namoro em Vila Franca de Xira com alerta para a segurança online 13

ZERO congratula-se com decisão que não apenas protege os europeus, 14

AML identifica oportunidades de financiamento para a transição alimentar 15

[Agenda Metropolitana](#) 16|17

Prevenção da Corrupção - Caderno de Encargos Legislativas 2024 18|19

Plano Metropolitano de Mobilidade Urbana Sustentável é um marco na construção de um futuro mais sustentável 20

Loures | Carnaval Infantil 2024 21

EDITORIAL

50 Anos depois do 25 de Abril, Somos Todos Iguais Mas, há Uns Mais Iguais que Outros

Somos Todos Iguais perante a Lei mas há Uns Mais Iguais que Outros

Como qualquer cidadão atento, tenho acompanhado todo o processo de alegada corrupção na Região Autónoma da Madeira dirigido pelo Ministério Público do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) que alguns designaram como "Operação Zarco". Quis o destino que mais este episódio processual nos viesse recordar a todos que em Portugal inteiro, o tal Portugal do 25 de Abril, continua a haver Cidadãos de primeira e Cidadãos de segunda. Há quem goze de imunidade perante a Lei devido ao cargo que ocupa, seja deputado na Assembleia da Republica ou Presidente de um qualquer Governo Regional.

Cingindo-me a este caso, que envolve o Governo Regional da Madeira, valerá a pena precisar que Miguel Albuquerque, Presidente do Governo Regional, foi constituído arguido e, contrariamente a outros arguidos que foram detidos e viajaram até Lisboa, Pedro Calado, presidente demissionário da Câmara do Funchal, Custódio Correia, empresário e principal acionista do grupo ligado à construção civil Socicorreia, e Avelino Farinha, líder do grupo de construção AFA, continua, embora numa situação caricata de ter apresentado a sua demissão mas não estar demitido, à frente do Governo Regional.

Na verdade, em Portugal há uma figura jurídica a que se convencionou chamar Imunidade e, neste caso, Miguel Albuquerque, goza desta imunidade pelo cargo que ocupa, de Presidente do Governo Regional e por inerência de conse-

lheiro de Estado. Aqui chegados, as perguntas inocentes de um qualquer Cidadão de uma Democracia saída do 25 de Abril que ninguém poderá calar são:
1. Porque razão os titulares de determinados cargos públicos gozam de um estatuto de Imunidade?
2. Passado todo este tempo, porque razão ainda não foi demitido Miguel Albuquerque do Governo Regional e do Conselho de Estado?

A dualidade de critérios é tão gritante que, enquanto o demissionário Presidente da Câmara do Funchal e os dois empresários que viajaram até Lisboa, estão detidos e, o Tribunal, considera haver perigo de perturbarem as averiguações em curso, Miguel Albuquerque, que recorde-se é arguido no mesmo processo, continua em liberdade e a movimentar-se livremente.

A questão provocada pelo impasse da situação de Miguel Albuquerque é tanto mais grave quanto é evidente que, logo que lhe seja retirada a Imunidade, estará reservado ao ex-Presidente do Governo Regional e arguido, o mesmo tratamento que o Ministério Público dispensou aos atuais três detidos.

50 Anos depois do 25 de Abril, somos Todos Iguais perante a Lei mas há Uns Mais Iguais que Outros.

António Guedes Tavares, diretor Editorial



BALCÃO DA INCLUSÃO
SERVIÇO ESPECIALIZADO EM INFORMAÇÃO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU INCAPACIDADE



SAÚDE COM MAIS MEIOS – Nova classificação das USF vai melhorar a vida dos utentes

As vantagens da passagem de várias unidades de saúde familiar do concelho de Loures de "A" para "B"

A passagem de várias unidades de saúde familiar do concelho de Loures de "A" para "B" não é uma mera troca de letras; há uma grande diferença entre umas e outras. É muito importante que estas unidades sejam dotadas de meios técnicos e humanos que permitam transformar a proximidade em oportunidade, fazendo dos cuidados de saúde primários a primeira linha defensiva contra a doença, actuando de forma preventiva. O objectivo primordial é que todos os utentes tenham médico de família e que o acesso a consultas seja facilitado. Estas unidades têm uma boa autonomia de gestão, havendo mais facilidade para a atracção de profissionais e determinam os seus próprios objectivos para o cumprimento de

exigentes rácios para aferição da qualidade. O reforço de meios e eventual alargamento de horários das USF, será fulcral para que o atendimento na rede primária retire pressão da urgência hospitalar, em particular do Hospital Beatriz Ângelo.

- Ricardo Leão (PS), Presidente da CM Loures

[Link do vídeo](#)



em tipologia "B",

Sociedade Recreativa de Casaiños assinalou o seu 80.º aniversário

A Sociedade Recreativa de Casaiños assinalou o seu 80.º aniversário, comemorando a data com o já tradicional almoço convívio para sócios e amigos desta coletividade e com a atuação da banda de música da associação.

Presentes nestas comemorações estiveram o presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Leão, a vice-presidente da Autarquia, Sónia Paixão, bem como o presidente da Junta de Freguesia de Fanhões, Jorge Simões.



7.ª Jornada Gastronómica do Arroz de Sarrabulho

O Grupo Folclórico Danças e Cantares Verde Minho promoveu ontem a 7.ª Jornada Gastronómica do Arroz de Sarrabulho.

A iniciativa, que decorreu nas instalações do refeitório municipal, contou com a presença de dezenas de associados e simpatizantes do grupo, bem como do presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Leão, que deu os parabéns a esta associação por manter vivas as tradições gastronómicas do nosso país.

Este convívio contou também com momentos de animação musical.



Novo parque infantil no Bairro Alto de São Lourenço, em Santa Iria de Azóia.

Foi inaugurado, no passado sábado, o parque infantil no Bairro Alto de São Lourenço, em Santa Iria de Azóia.

O novo espaço de estadia e lazer, uma obra na qual a Câmara Municipal de Loures investiu cerca de 160 mil euros, permitiu transformar um terreno vago com cerca de 300 metros quadrados, num equipamento de recreio integrado na malha urbana do bairro.

O parque infantil conta com uma variedade de equipamentos para diversão das crianças, incluindo uma torre de multiactividades, com baloiço de ninho e escorrega, um equipamento tipo mola, um painel jogo-do-galo e uma zona de escalada. Está ainda dotado de mobiliário urbano como mesas e cadeiras, e dos respetivos equipamentos de apoio, como bebedouros e papeleiras.

Na inauguração deste equipamento, o presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Leão, recordou que esta não é uma “grande obra”, mas é “muito importante pelo simbolismo que representa”. “Este parque é importante para as crianças, mas permite também que toda a população possa usufruir de forma agradável.”

O autarca afirmou ainda que os asfaltamentos das ruas circundantes serão retomados em breve.



A política de habitação de Odivelas não é amigável para quem trabalha

A política habitacional de Odivelas não se pode cingir unicamente a quem vive em situações indignas/precárias, descurando por completo a restante população que não beneficia de qualquer medida que mitigue a atual especulação imobiliária que se vive no concelho.

Na Área Metropolitana de Lisboa (AML), o concelho de Odivelas é o segundo mais pequeno em termos de área, 26,4 Km2, mas o segundo maior em termos de densidade populacional, 5.642 habitantes por Km2, verificando-se atualmente uma grande pressão urbanística, em que as famílias têm evidentes dificuldades de acesso à habitação, sem que o Executivo Municipal, tenha para o seu território uma política amigável para quem pretenda comprar, construir ou arrendar casa.

Desde 2016 que o valor das casas no concelho de Odivelas aumenta continuamente, sem que o Executivo Municipal, tenha sequer esboçado uma política nesta área mais amiga de quem trabalha, continuando a resistir e a teimar em não aplicar a taxa mínima legalmente permitida do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e simultaneamente não concedendo isenção do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) aos jovens que pretendam comprar habitação própria e permanente, até 250 mil euros.

A Câmara Municipal de Odivelas (CMO) não tem estruturada uma política habitacional, que contrarie a especulação imobiliária, que seja aplicável à generalidade dos munícipes que trabalham e que não querem ser subsídio-dependentes, desde os mais pobres, aos da classe média, embora tenha desenvolvido políticas bem delineadas para as pessoas que no seu território vivam em situações habitacionais indignas/precárias.

A política habitacional de Odivelas não se pode cingir unicamente a quem vive em situações indignas/precárias, descurando por completo a restante população que não beneficia de qualquer medida que mitigue a atual especulação imobiliária que se vive no concelho.

Na Assembleia Municipal de Odivelas (AMO), do passado dia 1 de fevereiro, um dos pontos da agenda era uma “Proposta de Autorização para Realização de Procedimentos de Consulta ao Mercado com Vista à Aquisição de

Frações Habitacionais T1, T2, T3 e T4, no ano de 2024”, num total de 27 habitações, com um investimento até 8.5 milhões de euros, ou seja, mais de 300 mil euros de impostos, por cada casa, o que foi aprovado com o voto contra do CHEGA.

A estas 27 habitações a adquirir em 2024, há ainda a acrescentar cerca de 400 frações habitacionais que a CMO possui atualmente. A CMO, não tem conseguido assegurar e controlar as condições de segurança e de insalubridade das frações que atualmente detém, já apresentando algumas delas condições indignas e precárias de habitabilidade, ao que acresce não haver um controlo rigoroso e sistemático sobre o número de ocupantes desses apartamentos, muitas deles em sobrelotação, obrigando a nova atribuição de casas de maior dimensão. Surreal.

Por outro lado, há uma evidente ineficácia da CMO em cobrar as rendas que lhe são devidas pela disponibilização de habitação social, estando em dívida milhares de euros que no final cairão na conta dos impostos dos odivelenses.

Acresce que não existem políticas definidas e ativas de mobilidade social para as pessoas que beneficiam destas habitações, situação que, em regra, deveria ser transitória e não definitiva.

A gestão do parque de frações habitacionais da CMO, necessita de ter uma gestão mais adequada e controlada, porque é uma área que custa milhões de euros de impostos ao erário público.

Atualmente a CMO atribui habitações a pessoas, sem que exista documentação fornecida aos diferentes partidos políticos, da evidência de que foi feita previamente uma análise rigorosa para evitar a atribuição de casas, muitas vezes a título definitivo e com rendas irrisórias, a quem podendo trabalhar, prefere não o fazer.

Na referida AMO, do passado dia 1 de fevereiro, um outro ponto da agenda era uma “Proposta de Aprovação da 1.ª Alteração Simplificada à Estratégia Local de Habitação de Odivelas” que também foi aprovada, igualmente com o voto contra do CHEGA.

Uma das razões para a necessidade de proceder a esta alteração, conforme afirmado na

própria proposta, são as tendências migratórias, que têm concorrido para um aumento significativo de pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo, situação que consideramos lamentável, mas que deveria ser resolvida a montante da CMO, ou seja, pelo governo, que não regulou devidamente os fluxos migratórios para Portugal, de forma a que o país pudesse receber, com contrato de trabalho e habitação digna, as pessoas de que efetivamente necessita e que se adequem ao modo de vida da matriz cultural judaico-cristã.

O Governo socialista, em fim de ciclo, promoveu uma imigração desregulada e descontrolada e as consequências nefastas dessa política, em termos habitacionais, estão a ser suportadas pelas Câmaras Municipais, nomeadamente, a de Odivelas, que tudo aceitou, sem reclamar, para não afrontar os seus camaradas de partido e não criar desgaste à governação de António Costa.

Se a direita ou o centro/direita, ganhar as eleições legislativas do próximo dia 10 de março, veremos se o Executivo Municipal de Odivelas continuará no regime de cumplicidade que sempre manteve com os Governos de António Costa, ou se pelo contrário, partirá para uma cruzada de confronto político, iniciando-se um novo ciclo de relacionamento com o Governo, assente numa luta partidária a pretexto da defesa dos interesses dos odivelenses.

Aguardemos, então, pelos resultados das eleições do próximo dia 10 de março que também terão importantes repercussões a nível local, nomeadamente, no Concelho de Odivelas.

– Fernando Pedrosa, Líder da bancada do CHEGA na AMO e Adjunto do Conselho de Jurisdição Nacional do Chega



Loures Dance Open

Dias 2 e 3 de março, no Pavilhão Paz e Amizade, em Loures

A competição Loures Dance Open, de dimensão internacional, nos estilos Standard e Latina, realiza-se nos dias 2 e 3 de março, no Pavilhão Paz e Amizade, em Loures.

Federação Portuguesa de Dança Desportiva e World Dance Sport Federation, e organizado pela Associação de Dança de Moscavide em parceria com a Câmara Municipal de Loures, contará com a participação de alguns dos melhores pares a nível mundial, em diversos escalões.

Este campeonato, regulamentado pela



LOURES DANCE OPEN

2-3 MARÇO 2024

PAVILHÃO PAZ E AMIZADE

Sábado 2 de março

Open WDSF Standard Seniores II, III, IV and V
Open WDSF Latin Seniores II and III
Campeonato Nacional 10 Danças
Campeonato Nacional Sub-21 10 Danças

Domingo 3 de março

Campeonato Nacional Grupos e Solos Latinas e Standard

Informações:

934 921 732
asd.danca.mosc@gmail.com

PARCEIRO OFICIAL



Loures recebeu o encarregado de negócios romeno em Portugal, Mircea Iliescu

O Município de Loures recebeu ontem a visita do encarregado de negócios romeno em Portugal, Mircea Iliescu. Um encontro que teve como objetivo o debate de ideias para possíveis formas de cooperação em projetos futuros.

O encarregado de negócios da Embaixada da Roménia foi recebido pelo presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Leão, no salão nobre dos Paços do Concelho e, durante esta visita de cortesia, debateu possíveis formas de cooperação futuras nas áreas da Cultura e do Urbanismo, estreitando assim as relações bilaterais entre a Missão Diplomática da Roménia e o Município de Loures.

O chefe de missão romeno fez-se acompanhar por diversos membros da Embaixada da Roménia, bem como por entidades da Diocese Ortodoxa Romena de Espanha e Portugal, entre elas, o seu bispo, Felician Timotei, e empresários e, na ocasião fez notar que, em todos os eventos e encontros nos quais participou em representação da Roménia, "sempre existiu interesses comuns e semelhanças entre os dois povos".

Depois de fazer uma breve apresentação sobre a geografia e a diversidade do concelho de Loures, Ricardo Leão mostrou-se disponível e recetível para "cooperar em novos projetos, e também de inclusão, mantendo o bem-estar das comunidades que já residem no concelho, inclusive, a romena, que já é significativa".

No final desta visita de cortesia teve lugar uma troca de lembranças.



“ILUSÕES”?

Já há muito tempo que as tv’s de massas descobriram um filão poderoso – debates políticos, entrevistas a políticos e afins.

Aberto o período pré-campanha eleitoral, visando o dia 10 de Março, nada daquilo que acontece hoje é ao acaso, na verdade o sincronismo das acções despoletadas um pouco por todo o lado, exibem uma precisão de relógio suíço.

Estas duas variáveis juntas, em tempo de pré-campanha, e de campanha, como vem sendo anunciado já, pelos professores, aliados às putativas intenções das polícias, produzem um ambiente explosivo, cujas consequências são de difícil previsão, apenas se sabendo quem é o seu destinatário final – o governo em exercício.

Antigamente tínhamos de esperar pelo período de campanha, desprezada que era o da pré-campanha, para assistir então aos debates do costume, e cada cidadão, que tirasse as suas conclusões, sem mais.

Hoje não, já não é assim.

Os debates que temos visto, à semelhança de uma tradição que se foi instalando, qual cilindro compressor, são tão úteis como chuva no mar. Na realidade estes debates são uma mina de ouro para as Tv’s, sem mais nada para oferecer nas suas grelhas televisivas, pejadas de novelas e “reality shows” imberbes, cujo estímulo para os cérebros das pessoas é quase irrisório.

O que prevalece nestes debates de reduzido tempo, são os “sound bytes” os “bitaites de taberna”, em claro prejuízo do debate de ideias, programas visões para o futuro da nação e do país.

Mas atenção a culpa, desta vez, não é dos políticos, mas sim das Tv’s e dos “pivots” que conduzem esses debates, desde logo porque a grelha de matérias a questionar os políticos, são de tal ordem na quantidade e na diversidade, que torna impossível um raciocínio com princípio meio e fim, retirando capacidade de esclarecimento a cada político, ali transformado em carneiro para sacrifício pascal.

Acresce a completa ausência de contraditório, quando o “pivot”, lá no alto do seu pedestal, gere os tempos como lhe parece, retirando ao

adversário visado nalguma alarvidade a defesa que se impõe, mas que o carrasco do relógio não permite.

Já para não falar na extraordinária situação de vermos o “pivot” substituir-se aos políticos em cena, fazendo réplicas, treplicas, contraditando afirmações, ou colocando questões em forma afirmativa, elas próprias encerrando conclusões.

Este mau serviço público não é, presumo eu, infelizmente, inocente.

Se repararmos bem, os debates reservam a cada candidato pouco mais de 15 minutos, num total de meia hora aos dois. É, fazendo uma analogia gastronómica, o equivalente a cozinhar um bom bacalhau cozido com todos.

Naturalmente, tempo insuficiente para tratar temas simples, e muito menos temas complexos, da governação do país.

Porém, o “leit motiv” destes programas, não são, de balde, o debate, mas sim o que se lhe segue – os comentários, concretizados por comentadores profissionais, e quase sempre parciais, cuja duração se cifra na 1 hora, e por vezes mais. Numa analogia gastronómica, equivale ao tempo em que comemos o bacalhau, e a sobre-mesa.

Isto é uma sandice manipulatória como nunca se viu. Mais valia que os debates se fizessem com um painel de políticos de um lado, e do outro um painel de comentadores, assim as coisas ficavam mais equilibradas.

Os comentadores arrogam-se saber o que um político quer dizer com determinada afirmação, a intenção que teve ao fazê-lo, e ainda por cima, dominam o que está por trás do que não disse, e do que quis dizer com o que disse.

Estes comentadores fazem lembrar o “Olimpo” onde só os deuses têm acento, e o vulgo não passa de uma marioneta.

Portanto estes debates não servem rigorosamente para nada, na perspectiva dos políticos transformados em vítimas pascais.

A este quadro negro juntam-se as movimentações orquestradas por aquilo que se usa apeli-

dar de organizações inorgânicas (um eufemismo para encobrir acções de boicote por parte das não inorgânicas), em plena pré temporada, chibatando um governo com as mãos atadas, num acto próximo da cobardia cívica, exigindo tudo para já, imediatamente, sabendo ser impossível.

Isto torna claro como a água que o importante não é o conteúdo da reivindicação, mas sim, a forma e o timing.

Para os casos de insubordinação à lei e ao Estado, avança-se com queixas e processos judiciais, trazendo para a liça deste lodaçal, um órgão de soberania – os Tribunais – contra outro órgão de soberania – o Governo – com o órgão de soberania que se diz moderador – a Presidência da República – a dizer sim mas, numa tirada que não é carne, agradando a uns, nem é peixe, tentando a agradar aos demais.

O mexilhão, corporizado pelo cidadão, é que se prejudica.

Fica a questão: 50 anos depois, para onde caminha esta democracia, com estes protagonistas, a dinamitarem um direito inalienável de cidadania, como o direito à informação, sem cairmos neste campo minado de ILUSÕES?

Oliveira Dias, Politólogo



Cerimónia de encerramento do Curso de Formação Profissional em Segurança Contra Incêndio em Edifícios (SCIE), para técnicos superiores de Câmaras Municipais.

A Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) realizou em (01/02), na sua sede, em Carnaxide, a Cerimónia de encerramento do Curso de Formação Profissional em Segurança Contra Incêndio em Edifícios (SCIE), para técnicos superiores de Câmaras Municipais.

O curso, com uma duração de 175h, incluiu toda a legislação de SCIE em vigor e revogada, métodos de análise de risco, código do procedimento administrativo, realização de inspeções regulares e extraordinárias, vistorias, e formação prática em fogo.

Esta formação abrangeu 13 técnicos superiores, entre os quais 11 elementos de municípios da Área Metropolitana de Lisboa, os quais ficam a partir de agora habilitados a tratar processos da 2.ª, 3.ª e 4.ª categorias de risco de SCIE, ao abrigo de protocolos celebrados entre a ANEPC e as respetivas autarquias.

Participaram na cerimónia a Secretária de Estado da Proteção Civil, Patrícia Gaspar, o Presidente da ANEPC, Duarte Costa, o Diretor de Serviços de SCIE da ANEPC, Pedro Barbosa, entre outros convidados.



Os apoios de praia da Frente Urbana da Costa da Caparica

Esclarecimento da CM Almada

Na sequência das notícias relacionadas com os Concessionários da Frente Urbana da Costa da Caparica, a Câmara Municipal de Almada vem esclarecer o seguinte:

Os 23 apoios de praia da Frente Urbana da Costa da Caparica são propriedade da Sociedade CostaPolis, que celebrou, em 2008, os respetivos contratos de uso e fruição dos equipamentos. Em 2015, a CostaPolis transferiu a gestão, mas não a propriedade, desses equipamentos para a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., que, por sua vez, cedeu a sua posição contratual, em 2019, à Câmara Municipal de Almada (CMA).

Nesse mesmo ano, a CMA procedeu à delegação de competências desta matéria na WeMob, empresa municipal com competência de gestão do litoral, assegurando o cumprimento das obrigações dos concessionários, nomeadamente a limpeza, vigilância da praia e assistência a banhistas, para além de garantir a manutenção e o

bom estado de conservação dos equipamentos.

Os contratos, celebrados em 2008, com uma duração de 10 (dez) anos, foram prorrogados por mais 5 anos, no seguimento de intempéries ocorridas durante o ano de 2014, tendo agora, entre maio de 2023 e janeiro de 2024, terminado o período de vigência de cada um.

Desde 2022 que a CMA tem insistentemente alertado a CostaPolis, entidade ainda com competência para celebração dos contratos, para o término dos mesmos e para a necessidade de lançar um novo procedimento concursal, porém sem sucesso.

Tendo em consideração a urgência destes procedimentos, a CMA alertou ainda a tutela da CostaPolis, nomeadamente o Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro, a Direção-Geral do Tesouro e Finanças e a Parpública, propondo que se avançasse com a prorrogação dos atuais contratos dos 23 apoios de praia por período

equivalente ao necessário à realização dos concursos de concessão, tendo inclusive manifestado a sua disponibilidade para assumir essa competência. Para tal, seria necessária uma deliberação da Assembleia de Acionistas da CostaPolis a mandar o Município para o efeito, algo que não aconteceu.

Nesse sentido, a CMA esclarece que não enviou qualquer ordem de despejo aos concessionários, nega as informações publicadas que lhe atribuem esse ato e informa que partilha da preocupação dos comerciantes, com quem tem vindo a reunir de modo a garantir a continuidade da oferta de restauração e demais serviços necessários à fruição e qualidade das nossas praias.

Almada, 08 de fevereiro de 2024



BE_SAFE PORTUGAL

Evento internacional assinala dia do namoro em Vila Franca de Xira com alerta para a segurança online

Estão publicados, no Portal da Violência DoA Ciberviolência e defesa de um ambiente online seguro para raparigas e mulheres são os temas do evento bE_SAFE Portugal, que terá lugar no dia 14 de fevereiro, Dia do Namoro, entre as 8h30 e as 13h00, no Agrupamento de Escolas Prof. Reynaldo dos Santos (Rua 28 de março, Bom Retiro, 2600-053 Vila Franca de Xira).

O programa da sessão integra 2 painéis, em que especialistas em igualdade e direitos humanos vão debater as seguintes questões:

Que equilíbrio existe entre a liberdade online e a prevenção da ciberviolência?

Como pode a educação digital, a consciencialização entre pares e a promoção de comunidades online seguras desempenhar um papel vital em todo este processo?

Como podemos prevenir a culpabilização das vítimas, a sua revitimização e traumatização?

Conta também com a apresentação dos trabalhos realizados pelas turmas dos 7º e 10º anos da Escola Básica e Secundária Prof. Reynaldo dos Santos, sobre os temas "Crescer com a internet: entre o ser livre e a ciberviolência" e "Dia do namoro com redes sociais seguras."

Este evento é promovido pela Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM) e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, em parceria com o Agrupamento de Escolas Prof. Reynaldo dos Santos, no âmbito do Projeto, bE_SAFE - Conscientização sobre a CIBERVIOLÊNCIA e defesa de um ambiente online mais SEGURO para raparigas e

mulheres cofinanciado pela União Europeia, através do Programa Cidadãos, Igualdade, Direitos e Valores (CERV).

A Presidente da PpDM realça a importância do projeto. «Acabar com todas as formas de violência, online e offline, que afetam desproporcionalmente as raparigas e as mulheres é um imperativo da sociedade democrática que somos, em Portugal, na Croácia, em Espanha, na União Europeia e no Mundo. Este é, assim, um evento europeu que se associa ao V-DAY, um movimento ativista global para acabar com a violência contra todas as mulheres e raparigas.», destaca Ana Sofia Fernandes.

Para Sandra Ribeiro, Presidente da CIG, a parceria da Comissão neste projeto acontece porque "a ciberviolência não é apenas uma ameaça virtual, mas uma realidade que cruelmente afeta a vida de raparigas e mulheres, minando a sua segurança e bem-estar online e offline" e esta iniciativa vai "certamente contribuir para a alteração legislativa e de políticas públicas tanto nos países que integram a parceria - Portugal, Croácia e Espanha - como também a um nível europeu mais amplo."

A ciberviolência sexual é um problema social crescente, com impactos a nível individual, social e económico, que atinge jovens e crianças com idades cada vez mais precoces e com particular incidência sobre as raparigas e mulheres. É um problema transversal a todos os países europeus e faz parte do continuum da violência exercida sobre raparigas e mulheres, decorrente da desigualdade estrutural entre mulheres e homens, raparigas e rapazes, pelo que exige toda a nossa atenção.

A violência na sua dimensão digital abrange o que se passa no espaço virtual e/ou é facilitado por meios tecnológicos. As diferentes formas de violência que ocorrem na esfera digital e no mundo físico não se excluem mutuamente e frequentemente sobrepõem-se umas às outras, exacerbando o impacto traumatizante da violência, por vezes ameaçando mesmo a segurança física da vítima.

Resultados do estudo de Faustino, Ventura, Alves e Matos (2022), publicado pela Rede de Jovens para a Igualdade, 517 jovens mulheres inquiridas com idades entre os 18 e os 25 anos revelam:

67% das jovens foram vítimas de violência sexual baseada em imagens e 48% destas jovens sofreram mais do que uma forma deste tipo de violência

84% das jovens foram vítimas de cyberflashing

39% receberam ameaças de partilha de conteúdos íntimos

20% das jovens foram vítimas de partilha não consensual de imagens e 18,8% relataram ter sido objeto de fotografias íntimas tiradas sem consentimento

5% foram vítimas de upskirting

3% viram as suas fotografias serem utilizadas para produzir pornografia deepfake

39% dos agressores eram desconhecidos das jovens mas a maioria (60%) eram jovens ou homens próximos das vítimas: 15% eram anteriores namorados ou parceiros, 13% conhecidos, 13% eram parceiros numa relação sexual e/ou afetiva esporádica, 9,5% amigos e 9,5% namorados ou parceiros.

ZERO congratula-se com decisão que não apenas protege os europeus, mas previne poluição por mercúrio além-fronteiras

Em decisão corajosa e coerente a União Europeia põe fim à era do mercúrio

ção efetiva da nova lei.

Uma outra decisão muito importante prende-se com a proibição da exportação de amálgama dentária a partir de 1 de janeiro de 2025 e o fabrico e importação na UE a partir de 1 de julho de 2026.

Estas decisões servirão agora de exemplo para muitos outros países em todo o mundo e poderão contribuir para a proibição global da utilização deste produto, que se espera possa vir a ser acordada durante a sexta Conferência das Partes da Convenção de Minamata, em 2025.

As lâmpadas contendo mercúrio da UE deixarão de chegar aos países em desenvolvimento

Outra decisão importante resultante da revisão do Regulamento sobre Mercúrio é a da EU, até junho de 2026, deixar de exportar lâmpadas com adição de mercúrio, que já são proibidas no espaço europeu. Esta medida não só porá termo às exportações para países de baixo e médio rendimento, como também garantirá maiores benefícios em termos de atenuação das alterações climáticas graças a alternativas sem mercúrio e energeticamente eficientes.

Esta decisão envia uma mensagem clara de que a UE pretende pôr termo à duplicidade de critérios

e coloca os benefícios para o ambiente e a saúde a nível mundial acima do lucro.

A alargamento do âmbito de aplicação do regulamento

É ainda importante sublinhar a decisão da UE de alargar o âmbito de aplicação do Regulamento para incluir trabalhos de acompanhamento sobre as emissões de mercúrio dos crematórios, os compostos de mercúrio, bem como uma avaliação da necessidade de eliminar progressivamente as utilizações remanescentes e alargar a lista de fontes de resíduos de mercúrio.

Nota:

O mercúrio é um poluente global bem conhecido e uma neurotoxina, que pode causar danos ambientais e afetar gravemente a saúde das pessoas. A poluição difusa continua a ser um problema na Europa devido às emissões históricas e atuais de mercúrio para a atmosfera. Os níveis de mercúrio medidos no biota continuam a exceder as normas de qualidade ambiental em quase todas as massas de água de superfície.

Fonte: Zero.ONG

A União Europeia (UE) expressou hoje a vontade de dar o exemplo na luta contra a poluição causada pelo mercúrio associada à amálgama dentária, uma substância também conhecida como "enchimento de prata" devido ao seu aspeto.

A UE decidiu finalmente abordar a maior aplicação de mercúrio que ainda existe na UE: a amálgama dentária, em que o mercúrio representa 50% da sua composição. Em 2018, a amálgama dentária passou a ser proibida para crianças com menos de 15 anos e mulheres grávidas ou a amamentar. Hoje, a UE decidiu acabar com a era da amálgama dentária para todos até 1 de janeiro de 2025.

Após mais de uma década de discussões, a proibição foi finalmente acordada. É o início de uma nova era, em que a medicina dentária sem mercúrio será a regra e não a exceção, passando a estar acessível para todos.

Alguns países serão autorizados a utilizar amálgama dentária até junho de 2026, para lhes permitir adaptar a sua política de seguros, mas esta ressalva de transição não deve impedir a aplica-



AML identifica oportunidades de financiamento para a transição alimentar

O ecossistema metropolitano de identificação de oportunidades de financiamento, no seguimento da articulação acordada no grupo de trabalho metropolitano de Desenvolvimento Económico, selecionou, para divulgação, um conjunto de programas europeus no domínio da "transição alimentar".

A transição alimentar tem tido, ao longo dos últimos tempos, um peso crescente na Área Metropolitana de Lisboa, e espera-se que estes financiamentos possam contribuir para a implementação da Estratégia Regional de Lisboa AML 2030 e para a operacionalização da Estratégia para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa, que a AML está a desenvolver em conjunto com a CCDRLVT, com o apoio técnico do ICS-ULisboa.

Dá-se ainda nota que a Área Metropolitana de Lisboa foi indicada como coordenadora da parceria "Alimentação" da Agenda Urbana da União Europeia.

Transição Alimentar

Horizonte Europa

O Horizonte Europa é um programa fundamental da UE para o financiamento da investigação e da inovação, que apoia a criação e a difusão de tecnologias e conhecimentos de excelência. Os objetivos do programa visam o reforço das bases científica e tecnológica da União e a promoção da sua competitividade, incluindo a da sua indústria, e a concretização das prioridades estratégicas da União, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Dispõe de um orçamento total superior a 95 mil milhões de euros para o período de 2021 a 2027

[Saiba mais aqui.](#)

Horizonte Europa: Unlock the potential of the New European Bauhaus in urban food system transformation

O programa está alinhado com as prioridades do Pacto Ecológico Europeu e com a Estratégia do Prado ao Prato para um sistema alimentar justo, saudável e respeitador do ambiente, bem como com a ambição climática da UE para 2030 e 2050 e com a estratégia de biodiversidade da UE para 2030.

Apoia o desenvolvimento de políticas, modelos de negócio e condições de mercado que contribuam para o desenvolvimento sustentável, equilibrado e inclusivo das zonas urbanas e pe-

riurbanas e para a capacitação e resiliência das suas comunidades, no sentido de terem acesso a produtos mais saudáveis, nutritivos e respeitadores do ambiente.

Contribui também para as prioridades da Alimentação 2030: nutrição para dietas saudáveis e sustentáveis, clima, biodiversidade e ambiente, circularidade e eficiência de recursos, inovação e capacitação das comunidades.

[Mais informação aqui.](#)

Horizonte Europa: Promoting pollinator friendly farming systems

O programa está alinhado com a Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030, a Estratégia do Prado ao Prato e a Política Climática da UE no âmbito do Pacto Ecológico Europeu.

Apoia a promoção de uma agricultura amiga dos polinizadores e a biodiversidade em agroecossistemas.

Espera-se que os resultados do projeto contribuam para a criação de

sistemas agrícolas mais favoráveis aos polinizadores e de elevada (agro)biodiversidade, para a promoção de variedades, rotações e combinações de culturas favoráveis aos polinizadores e para a consciencialização dos agricultores para a importância do planeamento específico dos polinizadores e das medidas disponíveis para melhorar os serviços de polinização.

[Mais informações aqui.](#)

Horizonte Europa: Preventing and reducing food waste to reduce environmental impacts and to help reach 2030 climate targets

O programa está alinhado com o Pacto Ecológico Europeu, a Estratégia do Prado ao Prato para um sistema alimentar justo, saudável e ecológico e a ambição climática da UE para 2030 e 2050. Apoia a I&I para prevenir e reduzir o desperdício alimentar.

Os projetos deverão contribuir para a transformação dos sistemas alimentares, a fim de proporcionar co-benefícios para o clima (mitigação e adaptação), a biodiversidade, a sustentabilidade ambiental e a circularidade, o consumo alimentar sustentável, a redução da pobreza alimentar e a capacitação das comunidades, e para as empresas prósperas.

[Mais informação aqui.](#)

Rede Eureka

A rede Eureka foi criada em 1985 como um acordo entre 18 países e a Comissão Europeia para promover a competitividade e a integração do

mercado e para incentivar a cooperação em I&D. Ao longo dos anos, desenvolveram programas para melhor apoiar a P&D liderada pela indústria internacional. Oferecem flexibilidade aos parceiros internacionais, incentivam consórcios mistos com grandes empresas, permitem às PME aspirar a novas metas, apoiam a investigação e empreendimentos comerciais em novos mercados e impulsionam as empresas para o investimento privado.

[Mais informações aqui.](#)

Rede EUREKA: Preventing and reducing food waste to reduce environmental impacts and to help reach 2030 climate targets

Destina-se a projetos de I&D&I (Investigação, Desenvolvimento e Inovação) em tecnologia alimentar, sobretudo em proteínas alternativas, com prioridade para proteínas vegetais, derivadas de fermentação e cultivadas em laboratório, ou uma combinação destas técnicas (agricultura molecular vegetal).

Incentivam-se colaborações multilaterais para aumentar a produção alimentar sustentável, reforçar a competitividade empresarial, proporcionar novas oportunidades de emprego e desenvolver a oferta futura de competências. Estas colaborações poderão também permitir maiores oportunidades de exportação, bem como uma taxa mais elevada de auto-suficiência, resiliência e preparação.

Dirigido a organizações que colaboram em projetos internacionais de I&D&I em tecnologia alimentar no domínio das proteínas alternativas. Também são incentivados projetos multilaterais com, pelo menos, uma empresa executora de P&D&I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação) elegível de cada um dos países participantes da chamada.

Universidades e institutos de investigação podem participar de acordo com as regras de financiamento nacionais em cada um dos países participantes no concurso.

Pode submeter a sua candidatura de projeto de I&D&I até 26 de fevereiro de 2024. O seu consórcio de projeto deve incluir pelo menos uma empresa elegível de I&D&I em cada um dos países representados no consórcio do projeto (Suécia, Israel e Suíça).

[Mais informações aqui.](#)

Notícias

AML na coordenação da Parceria Alimentação da Agenda Urbana Europeia

Agenda Metropolitana

10 fevereiro 2024

LOURES

O coelho, o escuro e a lata de bolachas

Encenação de uma divertida história de Nicola O'Byrne, vencedora do Prémio Waterstone's Children's Book Prize 2014.

Dirigida aqueles que resistem e persistem na recusa do ato mais natural a fazer quando o escuro chega para terminar o dia: "Não quero ir para a cama!".

O coelho teve uma ideia muito boa. Ele não quer ir para a cama e por isso coloca o escuro na lata de bolachas. Agora ele pode ficar acordado a noite toda! Mas o escuro lembra ao coelho todas as razões pelas quais a escuridão e a noite

são necessárias. E todos os animais noturnos? E certamente não pode tomar um delicioso pequeno-almoço de torradas e mel e sumo de laranja fresco, a menos que tenha ido para a cama... Mas a melhor coisa sobre a noite tem de ser uma história para dormir, não é?

Data
10 fevereiro 2024
Município
Loures
Preço
Gratuito

Inscrições: bmas@cm-loures.pt | 211 150 665

Local
Biblioteca Municipal Ary dos Santos – Sacavém

15h00

URL
www.cm-loures.pt/default.aspx
Outras informações
Para maiores de 4 anos.



10 fevereiro 2024

MONTIJO

Pêndulo

Espectáculo de teatro. Em Pêndulo, Marco Martins trabalha com um grupo de mulheres cuidadoras e empregadas domésticas cujas vidas são pautadas pelo movimento pendular: entre a periferia e o centro da capital (Lisboa), entre a sua casa e a casa de quem as emprega, e entre o país de origem e o país de destino, Portugal.

A peça incide sobre a natureza do trabalho doméstico, para falar das relações familiares, do confronto entre diferentes modos de vida, contextos, expectativas, sonhos e quotidianos.

A criação, na linha do trabalho cénico desen-

volvido nos últimos anos por Marco Martins, baseia-se na participação e empenho de um grupo de atores não profissionais. Abre espaço para as histórias dos que são diretamente confrontados com a precariedade implícita no devir económico e social do mundo.

É um projeto Arena Ensemble em coprodução com ARTEMREDE, São Luiz Teatro Municipal. Teatro Municipal do Porto – Rivoli, Rota Clandestina/CM Setúbal e Arena Ensemble.

Criação e encenação Marco Martins. Com Elane Galacho, Emanuelle Bezerra, Fabi Lima, Juliana Teodoro Alves, Maria Gustavo, Maria Yaya Rodrigues Correia, Nádia Fabri e Nzaji Dende. Texto de Marco Martins, com o contributo do elenco e Djaimilia Pereira de Almeida. Música de

2021, publicaram "A Semente", como resultado de um período de introspeção.

Os sigles "Tanta Vida Para Viver" e "Ninguém Fica a Perder", editados em 2023, antecipam a chegada de um novo álbum este ano.

Data: 10 fevereiro 2024

Município: Almada

Preço: 15 euros

Local

Teatro Municipal Joaquim Benite | 21h00

URL

www.cm-almada.pt/sites/default/files/2024-01/Almada_Agenda_fevereiro_2024.pdf

Lançaram o disco de estreia, "A Montra", em 2019, e dele saíram canções como "Chora-mãe", "Ferro e Brasa" e "Outro Final Qualquer". Em

Tia Maria Produções. Cenografia Fala Atelier.

Uma Coprodução Artemrede, São Luiz Teatro Municipal/Prospero-Extended Theatre, Teatro Municipal do Porto, Rota Clandestina/CM Setúbal e Arena Ensemble.

A DGArtes apoia a Artemrede no âmbito deste projeto Microcrete Pensão Favorita – Porto Príncipe Discos Ministério dos Filmes | Parcerias: Município do Barreiro, Município de Almada, Município do Montijo, Município de Lisboa.



Outras informações
Para maiores de 6 anos.



Agenda Metropolitana

10 fevereiro 2024

AMADORA

Workshop de caligrafia Japonesa

Workshop de caligrafia Japonesa, com a professora Yuko Kase.

Considerada como uma das artes mais tradicionais do Japão, a caligrafia [SHODÓ] é também uma das mais antigas. É mais do que um gesto de escrita. Ainda hoje é uma das disciplinas que faz parte nas escolas.

Além de praticar caligrafia nas escolas, muitos japoneses frequentam nas casas de mestres para praticar mais. Os primeiros passos da apren-

dizagem consistem sempre em imitar/copiar os modelos, que são fundamentais.

É uma arte viva apesar de ser tradicional.

Yuko Kase é natural do Japão. Após anos de experiências profissionais nas empresas multinacionais nipónicas, é atualmente docente do curso de Japonês na FCH na UCP. É, também, formadora em várias modalidades ligadas à cultura japonesa, no Museu do Oriente e noutros lugares.

Data: 10 fevereiro 2024

Município: Amadora

Preço: Gratuito.

É necessária inscrição prévia: bibliotecas@cm-amadora.pt | 214369 054

Horário da Biblioteca: De segunda a sexta-feira: das 10h00 às 19h00 | Sábados: das 10h00 às

18h00

Encerra aos domingos e feriados
Local: Bedeteca da Amadora (Biblioteca Municipal Fernando Piteira Santos) | 14h30 – 17h00

URL

www.cm-amadora.pt/pt/8038-10-fevereiro-workshop-de-caligrafia-japonesa-com-yuko-kase-bedeteca-da-amadora.html

Outras informações

Para todos.



10 fevereiro 2024

MOITA

Tito Paris

Tito Paris celebrou, em 2023, os seus 40 anos de Carreira com dois concertos muito especiais no Coliseu dos Recreios e no Coliseu do Porto.

O filho querido de Cabo Verde é hoje um dos seus maiores marcos culturais, mas também é alguém que contribuiu, e continua a fazê-lo, para a criação de pontes culturais e ligações entre vários povos.

Ao vivo, celebra toda a sua diversidade, uma obra multicultural, onde cabe todo o imenso mundo lusófono, todas as influências e vivências num espetáculo único!

Ao vivo Tito Paris será acompanhado por Moisés

Ramos (piano), Manuel Paris (baixo), Pércles Paris "Nir" (bateria), José António (cavaquinho) e Carlos Lopes "Bisnaga" (acordeão).

Data

10 fevereiro 2024

Município Moita

Preço Bilhete: 11,13 euros |

Horário da bilheteira: terça-feira a sábado, das 14h30 às 19h30 | Tel.: 210 888 900

Bilhetes em ticketline.pt

Local

Fórum Cultural José Manuel Figueiredo – Baixa da Banheira

21h30.

URL

www.cm-moita.pt/

Outras informações

Destinatários: Maiores de 6 anos | Duração: 90 minutos.



Prevenção da Corrupção - Caderno de Encargos Legislativas 2024

A TI Portugal desafia novamente os partidos políticos candidatos à Assembleia da República para que se comprometam com medidas eficazes de prevenção da corrupção, incluindo nos seus programas eleitorais um conjunto de iniciativas legislativas, a propor ao Parlamento ou a aplicar no Governo, que são fundamentais para alcançarmos um país mais íntegro, mais transparente e livre de corrupção.

Depois de um primeiro Caderno de Encargos para as Eleições Legislativas de 2022, continua premente a apresentação de um novo Caderno de Encargos para a Prevenção de Corrupção para as Eleições Legislativas 2024, sistematizando várias medidas e propostas apresentadas ao longo da última década pela TI Portugal, mas ainda não implementadas.

A evidência pública de fragilidades ao nível da Integridade na Política em Portugal, bem como as falhas identificadas no combate à corrupção, assim o exigem.

Por instituições mais próximas e transparentes

Reforço da ambição na estratégia nacional pela integridade e contra a corrupção, e avançando de imediato com uma proposta de extensão da ENAC de 2024 para 2030, identificando e eliminando as razões para as atuais falhas de execução e definindo metas e métricas objetivas sobre onde Portugal deve estar, ou alcançar, em cada um dos anos até ao final da década (incluindo as recomendações de organismos internacionais); Dotar com recursos humanos e financeiros as estruturas nacionais de combate à corrupção e de controlo da qualidade da democracia, nomeadamente a Entidade da Transparência e o MENAC, para que sejam também elas responsabilizadas pelo pleno cumprimento da sua missão; Publicação no site do governo do processo legislativo e regulamentar do executivo, nomeadamente etapas de cada decreto e pareceres solicitados, à semelhança do praticado pelo Parlamento, em modo acessível, online, gratuito, integral e atualizado; Promoção e reforço da obrigatoriedade de consulta pública em processos legislativos e regulamentares governamentais, alargando audições e a solicitação de pareceres a organizações e movimentos da sociedade civil, bem como a especialistas nacionais e internacionais;

Publicitar as agendas dos titulares de cargos políticos, em linha com as melhores práticas recomendadas pelas entidades internacionais, regulamentar a prática do lobbying, incluindo a criação do Registo de Transparência da Representação de Interesses, e a publicação de pedidos de escusa por parte de membros do governo em processos de decisão devido a conflitos de interesse dos próprios na matéria em causa; Publicação de relatório anual sobre as atividades dos grupos de amizade parlamentares, discriminando individualmente as atividades de cada deputado em cada grupo, incluindo as reuniões e viagens que realizou; Criação de um registo central digital público atualizado de ofertas, hospitalidades e outros benefícios por parte dos altos cargos políticos e públicos e respetivos membros de gabinetes, à semelhança do praticado pelo parlamento; Fim das “portas giratórias” entre magistraturas e cargos na Administração Pública, incluindo de nomeação. O exercício de outros cargos que não os que respeitem a comissões de serviço estritamente atinentes a funções nas magistraturas deve implicar, como ocorre noutros países, a opção profissional pela saída da carreira; Reforço da transparência na nomeação de titulares de altos cargos públicos, como governador do Banco de Portugal, Procurador-Geral da República e Presidente do Tribunal de Contas, através da sujeição prévia a audições parlamentares de uma lista mínima de três nomes a propor por parte do executivo, antes da respetiva nomeação final; Reforço dos critérios de qualificação e de transparência nos processos de seleção para a Administração – eliminando o abuso excessivo do recurso à nomeação direta para cargos de governação e a perversidade dos regimes de nomeação em substituição – e dotando a CRESAP de um poder efetivo, transparente e ágil para a escolha dos cargos políticos; Disponibilização de ferramentas digitais e práticas de dados abertos sobre os procedimentos de contratação e decisões de despesa pública, que permitam à sociedade civil, sem dificuldade e sem duplicação de bases de dados, desenvolver as suas próprias capacidades de acompanhamento, escrutínio e controlo independente e informado acerca do funcionamento das instituições e do respetivo grau de cumprimento dos seus planos de atividades; Inclusão obrigatória, no relatório anual anticorrupção a produzir pelo MENAC, de referência

atualizada às avaliações e recomendações levadas a cabo por organismos internacionais de que Portugal é membro (GRECO, UNCAC, OCDE, Comissão Europeia, entre outros) e medidas em curso para aplicar as recomendações pendentes. Discussão obrigatória do relatório na Assembleia da República; Intervenção mais ativa e transparente no processo legislativo de Portugal na UE, com publicação obrigatória da posição negocial do Governo nos processos legislativos da UE no Conselho Europeu, com consultas a partes interessadas, informação à AR e avaliação da pegada legislativa; Publicação de todas as decisões judiciais, de todos os tribunais, incluindo os de primeira instância, online, cumprindo as recomendações do GRECO; Promoção de maior participação dos cidadãos, alargando o número e âmbito de plataformas digitais acessíveis e gratuitas para que os cidadãos possam propor, discutir e votar em políticas e atos normativos públicos;

Para uma Cultura de Integridade

Reformulação da composição da Comissão da Transparência da Assembleia da República, reforçando a sua pluralidade com personalidades independentes e de indiscutível honorabilidade, para reforçar os níveis de confiança sobre o processo de avaliação de situações de má conduta ética de responsáveis políticos; Estabelecimento de um regime sancionatório por incumprimento do Código dos Contratos Públicos e extensão do direito de ação popular, ambos em matérias relativas à falta ou insuficiência de transparência nos portais públicos, nomeadamente a partir de contratos com valor superior a 150 mil euros; Fomento da implementação generalizada de Pactos de Integridade nos processos de contratação pública, começando pelos serviços da Administração e do setor empresarial do Estado com maior volume financeiro; Adoção de uma cultura de abertura por defeito e de interoperabilidade entre as diferentes plataformas de controlo e escrutínio público (EdT, BaseGov, RCBE, IMPIC, entre outras); Reforço da transparência do financiamento dos partidos políticos através da obrigatoriedade da implementação de sistemas de contabilidade certificados, que uniformizem a apresentação das contas de partidos políticos e candidaturas e permitam o respetivo escrutínio público;

Criação de mecanismos de monitorização e fiscalização regular da implementação e execução dos códigos de conduta, incluindo a aplicação de sanções concretas e progressivas no caso de violação das regras estabelecidas; Revisão da Lei de Acesso à Informação Administrativa e Ambiental, configurando-se a regra geral da eficácia vinculativa às resoluções e pareceres da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos e alargando os seus poderes para monitorizar o cumprimento das suas decisões e aplicar sanções financeiras e disciplinares; Introdução no currículo do ensino escolar básico ao secundário, de participação obrigatória, da “Educação para a Transparência e Integridade”, sem prejuízo do reforço e obrigatoriedade do ensino da ética académica e cívica no ensino superior; Reforço da ética e transparência nos partidos políticos, através, nomeadamente, da obrigatoriedade de frequência em ações de formação de liderança ética e política, e mecanismos de transparência pelos candidatos políticos.

Para combater a criminalidade económico-financeira

Penalização e controlo do enriquecimento injustificado, instituindo mecanismos legais e capaci-

dade de intervenção que limitem a evasão fiscal e impeçam sistemas de regularização tributários sobre rendimentos ilegítimamente exportados para paraísos fiscais; Reforço da transparência fiscal, nomeadamente sobre Projetos de Interesse Nacional, benefícios fiscais a pessoas naturais e coletivas e a Zona Franca da Madeira, e controlo e escrutínio efetivo sobre o cumprimento e condicionalidade dos regimes fiscais; Dotar o sistema penal de um novo quadro legal, e de meios técnicos e humanos, que permitam agilizar os tempos para decisão sobre os processos judiciais relacionados com crimes económico-financeiros, eliminando a complexidade e dimensão associada atualmente aos designados megaprocessos e combatendo expedientes dilatatórios processuais e os riscos de prescrição por não decisão; Diferenciação das contraordenações previstas no RGPC entre leves, graves e muito graves e revisão das molduras de coima aplicáveis, nomeadamente com o agravamento das molduras de coima para as pessoas singulares;

[Descarregar o Caderno de Encargos](#)

Portugal necessita de uma revolução em matéria de integridade e transparência na vida pública. A confirmar esta realidade estão os resultados

do Índice de Perceção da Corrupção 2023, recentemente publicados pela Transparency International, que atribuíram a Portugal a sua pior pontuação desde 2012 (a par de 2020), tendo inclusive perdido a liderança entre os países lusófonos (que agora pertence a Cabo Verde).

Também o inquérito do Eurobarómetro Especial sobre Corrupção 2023, do Parlamento Europeu, revelou que 93% dos portugueses consideram a corrupção como prática generalizada no nosso país, um número que coloca Portugal como o terceiro país na União Europeia (UE) onde a perceção deste crime é maior.

“A melhor forma de proteger a Democracia é a cultura da Transparência. Dar-lhe escrutínio informado. Assumir compromissos com a sociedade nas urnas e depois lutar pela sua concretização, fazendo um uso sério e coerente do mandato popular, seja no governo ou na oposição.”

Margarida Mano
Presidente da TI Portugal

Fonte: Transparencia Internacional Transparencia.pt



Plano Metropolitano de Mobilidade Urbana Sustentável é um marco na construção de um futuro mais sustentável

Com a construção do Plano Metropolitano de Mobilidade Urbana Sustentável, a TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa e a Área Metropolitana de Lisboa iniciam um importante projeto de mobilidade urbana em Portugal.

O plano, que implica um investimento aproximado de 390 mil euros, será materializado num complexo e completo exercício de planeamento para uma mobilidade na área metropolitana de Lisboa alinhada com as necessidades da população.

O Plano, conduzido pela empresa Way2Go, tem por objetivo identificar necessidades e propor medidas e ações para melhorar a mobilidade dos cidadãos em contexto metropolitano e dos seus 18 municípios, promovendo uma mobilidade sustentável, segura e eficiente de cidadãos e de mercadorias.

Com a estreita colaboração dos 18 municípios, o Plano Metropolitano de Mobilidade Urbana Sustentável incorporará aspetos climáticos e energéticos, abordando questões de segurança, inclusão e acessibilidade, e destacará a área metropolitana de Lisboa como exemplo de sustentabilidade a nível europeu.

O plano, que também identificará programas e mecanismos de financiamento que possam

atender às necessidades identificadas, tem um prazo de execução de 20 meses e seguirá as boas práticas nacionais e internacionais nomeadamente as diretrizes da Comissão Europeia para a realização de Planos de Mobilidade Urbana Sustentável.

Incluirá duas vertentes basilares para a obtenção de um bom resultado, quer ao nível da exequibilidade das medidas, quer na sua aceitabilidade: uma avaliação ambiental estratégica (inovadora neste tipo de planos, que tem o objetivo de identificar e avaliar o impacto das atividades associadas ao transporte de pessoas e bens, bem como selecionar propostas com vista a aumentar a eficiência energética, climática e ambiental) e a participação e envolvimento das populações (destacando a componente da participação pública nas diferentes fases do projeto, refletindo o compromisso com a sustentabilidade e com os cidadãos que vem reforçar a visão de um projeto feito com e para as pessoas).

O Plano Metropolitano de Mobilidade Urbana Sustentável redefinirá a mobilidade urbana, e colocará Portugal na vanguarda dos esforços europeus para alcançar cidades mais sustentáveis e acessíveis.

Na reunião da comissão técnica de acompanhamento do plano, que decorreu na bibliote-

ca municipal da Amadora, no dia 16 de janeiro, com a presença de técnicos e autarcas dos 18 municípios, Carlos Humberto de Carvalho, primeiro-secretário metropolitano, destacou a sua importância, salientando que “este projeto representa um pilar fundamental de planeamento estratégico a desenvolver pela TML”, acrescentando que a “área metropolitana de Lisboa está a dar um passo audacioso em direção a um futuro mais sustentável e eficiente em termos de mobilidade urbana”.

Na mesma reunião, o presidente da TML, Faustino Gomes, sublinhou o compromisso da entidade “em servir as pessoas, conhecendo as suas necessidades de mobilidade e explorando novas soluções”. Afirmou ainda que o plano “é um passo essencial para alcançar esse objetivo de forma mais consciente, para que se possa escolher o transporte público como meio preferencial para viajar, beneficiando a sociedade de estilos de vida mais saudáveis e em linha com as metas e objetivos ambientais”.

A construção do Plano Metropolitano de Mobilidade Urbana reflete, por isso, o empenho coletivo na construção de um futuro mais sustentável e eficiente para a mobilidade urbana na Área Metropolitana de Lisboa.

Lisboa, 9 de fevereiro de 2024

O Plano Metropolitano de Mobilidade Urbana Sustentável da amL já começou a ser construído



Loures | Carnaval Infantil 2024

Mais de 1200 crianças encheram, esta sexta feira de cor e alegria o Pavilhão Paz e Amizade, em Loures, em mais uma edição do desfile de Carnaval Infantil.

Este ano, o “Mundo do Espetáculo” esteve em destaque e juntou crianças, educadores e professores, de 15 escolas e jardins de infância da rede pública, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e estabelecimentos de ensino privados do concelho.

Apesar das condições meteorológicas não terem permitido, como habitualmente, a realização do desfile nas ruas do Infantado, não faltou animação aos pequenos foliões que se reuniram no Pavilhão Paz e Amizade.

Na ocasião, o presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Leão, agradeceu “a todos os participantes” e respetivos professores e educadores, “mas também aos técnicos municipais” que, em parceria com a Associação Carnaval de Loures, conseguiram assegurar uma alternativa para a realização do desfile de Carnaval Infantil 2024.

A assistir estiveram pais e familiares das crianças, bem como a vice-presidente da Câmara Municipal e restantes vereadores, acompanhados pelos presidentes das juntas de freguesia e membros da Assembleia Municipal de Loures.





Ficha Técnica Notícias LX - Diretor e Proprietário: António Tavares - Editor e Redação: Alameda Salgueiro Maia, Lote 4, 1º andar – Gab 8, 2660-329 Santo António dos Cavaleiros | NoticiasLx@sapo.pt
Colunistas: Oliveira Dias, José Maria Pignatelli, Paulo Bernardo e Sousa, Ricardo Henriques, Nuno Miguel Botelho, Fernando Pedroso, Ricardo Andrade, Maria Máxima Vaz, Filomena Francisco, Vitor Manuel Adrião, Pedro Almeida, João Calado, Patricia Almeida, José Manuel Graça
Colaboradores: Miguel Durão, Manuel Vieira.

Inscrição na ERC: 127230 | Periodicidade: Semanal
Estatuto editorial: <https://noticiaslx.pt/estatuto-editorial/>
Regras editoriais: <https://noticiaslx.pt/regras-editoriais/>
NoticiasLx: <https://NoticiasLx.pt>

[Assinar o Semanário](#)



Distribuição nos meios digitais para uma audiência de 50.000 pessoas nos concelhos da Grande Lisboa

E.Mail Comercial: NoticiasLx-Pub@Sapo.pt